Instituto Serzedello Corrêa
Escola Superior do Tribunal de Contas da União

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM CONTROLE POLÍTICAS PÚBLICAS

Projeto Pedagógico do Curso (PPC)

Junho 2025

Sumário

1. IDENTIFICAÇÃO 4
2. JUSTIFICATIVA 4
3. OBJETIVOS 5
4. PÚBLICO-ALVO 5
5. PERFIL DO EGRESSO 6
6. GRADE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA 6
6.1 CRONOGRAMA 7
8. INSTITUIÇÃO PROMOTORA 7
9. COORDENAÇÃO 8
10. CORPO DOCENTE 8
11. METODOLOGIA 8
12. TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO (TCC) 9
13. ATIVIDADES COMPLEMENTARES 9
14. LOCAL DE REALIZAÇÃO DO CURSO E TECNOLOGIA EDUCACIONAL 9
15. ACERVO 10
16. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO 10
16.1. Frequência mínima 10
16.2. Sistema de avaliação por disciplina 10
16.3. Avaliação do TCC 11
17. CERTIFICAÇÃO 11
APÊNDICE I – EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS 12
DICIPLINA 1 – Fundamentos de políticas públicas (40h) 12
Objetivos: 12
Ementa da disciplina: 12
Bibliografia básica: 12
Bibliografia complementar: 12
DICIPLINA 2 – Controle de políticas públicas (40h) 13
Objetivos: 13
Ementa da disciplina: 13
Bibliografia básica: 13
Bibliografia complementar: 13
DICIPLINA 3 – Pesquisa aplicada a políticas públicas (40h) 14
Objetivos: 14
Ementa da disciplina: 14

Bibliografia básica: 14
Bibliografia complementar: 14
DICIPLINA 4 – Estatística e políticas públicas (40h) 15
Objetivos: 15
Ementa da disciplina: 15
Bibliografia básica: 15
Bibliografia complementar: 15
DICIPLINA 5 – Análise de políticas públicas (40h) 16
Objetivos: 16
Ementa da disciplina: 16
Bibliografia básica: 16
Bibliografia complementar: 16
DICIPLINA 6 – Avaliação de políticas públicas (40h) 16
Objetivos: 16
Ementa da disciplina: 16
Bibliografia básica: 17
Bibliografia complementar: 17
DICIPLINA 7 – Governança e relações intergovernamentais em políticas públicas (40h) ... 18
Objetivos: 18
Ementa da disciplina: 18
Bibliografia básica: 18
Bibliografia complementar: 18
DICIPLINA 8 – Administração e políticas públicas (40h) 19
Objetivos: 19
Ementa da disciplina: 19
Bibliografia básica: 19
Bibliografia complementar: 20
DICIPLINA 9 – Economia e políticas públicas (40h) 20
Objetivos: 20
Ementa da disciplina: 20
Bibliografia básica: 20
Bibliografia complementar: 21
APÊNDICE II – PROPOSTA PRELIMINAR DE PROJETO DE PESQUISA 22
APÊNDICE III – PROJETO DE PESQUISA 23
APÊNDICE IV - TERMO DE MATRÍCULA E RESPONSABILIADE POR ORIENTAÇÃO 25

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome do curso	**Especialização em Controle de Políticas Públicas**
Área do conhecimento	6.02.00.00-6 – Administração 7.09.00.00-0 – Ciência Política
Modalidade	Híbrida (telepresencial e a distância)
Instituição promotora	Instituto Serzedello Corrêa (ISC) do Tribunal de Contas da União (TCU) - credenciado pelo MEC para oferta de cursos de pós-graduação presencial e EAD (Portaria nº 247, de 14/02/2017)
Vagas	40
Público-alvo	Servidores do TCU e de Instituições parceiras que possuam diploma de nível superior reconhecido pelo MEC
Coordenação	Rafael Encinas
Período da oferta	2025-2027
Carga horária	400 horas
Forma de ingresso	Processo Seletivo
Corpo docente	Dr. Leonardo Secchi - http://lattes.cnpq.br/6155842099499614 Dr. Rafael Silveira e Silva - http://lattes.cnpq.br/1101296312661229 Drª. Julia Maurmann Ximenes - http://lattes.cnpq.br/4707000313816507 Drª. Denise Britz do Nascimento Silva - http://lattes.cnpq.br/0235269476708481 Dr. Fernando de Barros Filgueiras - http://lattes.cnpq.br/4348768274838297 Me. Marcos Araujo Mortoni Silva - http://lattes.cnpq.br/0053942137824123 Drª.Karina Sayuri Sataka Bugarin - http://lattes.cnpq.br/8655636520555845

2. JUSTIFICATIVA

O Brasil enfrenta diversos desafios econômicos, sociais e ambientais que limitam sua capacidade de crescimento. Alcançar o desenvolvimento requer atuação coordenada de múltiplas esferas e setores. De acordo com o Relatório de Fiscalizações em Políticas e Programas de Governo (RePP) entregue pelo TCU ao Congresso Nacional, as ações de controle realizadas pelo Tribunal de Contas da União apontam uma série de problemas no ciclo das políticas públicas.

Embora cada edição do REPP enfoque políticas diferentes, elas repetem um mesmo diagnóstico: carência de planejamento estratégico claro e de diagnóstico robusto dos problemas públicos, fragilidade de coordenação interministerial e federativa, metas e indicadores imprecisos, monitoramento e avaliação incipientes, gestão de riscos pouco institucionalizada e transparência limitada sobre custos e resultados — lacunas que geram sobreposições de ações, desperdício de recursos e baixa efetividade de benefícios sociais, creditícios ou tributários.

Há, portanto, problemas em todo o ciclo das políticas públicas, problemas esses que decorrem, entre outras coisas, de lacunas legais (falta de um arcabouço jurídico que oriente esse processo) e humanas (falta de orientação e conhecimento acerca de boas práticas a serem observadas).

O presente curso de pós-graduação visa sanar, em parte, a segunda lacuna, contribuindo para a formação de especialistas em controle de políticas públicas que não apenas conheçam boas práticas de pesquisa, análise, avaliação e fiscalização, mas que sejam capazes de aplicá-las em seu cotidiano.

A modalidade mista de Educação, que inclui os formatos telepresencial e a distância - EaD, foi escolhido como forma de ampliar a possibilidade de acesso ao conteúdo deste curso, permitindo que pessoas lotadas em múltiplas unidades da federação, bem como profissionais que não

podem se deslocar fisicamente para uma instituição de ensino, possam ter acesso ao conhecimento disponibilizado e, posteriormente, aplicá-lo em seu contexto local.

3. OBJETIVOS

O objetivo principal do curso é o de capacitar servidores públicos, profissionais e cidadãos em boas práticas de pesquisa, análise, avaliação e controle de políticas públicas.

São objetivos específicos desenvolver competências nos participantes que os possibilitem:

1. compreender os principais conceitos e teorias relacionados a políticas públicas e aplicá-los no **ciclo de políticas públicas**;
2. compreender e aplicar os principais conceitos, teorias e instrumentos de **administração e políticas públicas**;
3. compreender e aplicar os principais conceitos, teorias e instrumentos de **governança e relações intergovernamentais em políticas públicas**;
4. compreender e aplicar os principais métodos e técnicas de **pesquisa** aplicada a políticas públicas;
5. compreender e aplicar os principais conceitos, teorias e instrumentos de **estatística** em políticas públicas;
6. compreender e aplicar os principais conceitos, teorias e instrumentos **econômicos** em políticas públicas;
7. compreender e aplicar os principais conceitos, teorias e instrumentos de **análise** de políticas públicas;
8. compreender e aplicar os principais conceitos, teorias e instrumentos de **avaliação** de políticas públicas;
9. compreender e aplicar os principais conceitos, teorias e instrumentos de **controle** de políticas públicas;
10. desenvolver **trabalho de conclusão de curso** aplicando os conhecimentos adquiridos.

4. PÚBLICO-ALVO

O curso destina-se a portadores de diploma de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação, que atuem ou pretendam atuar na área de interesse do curso, com prioridade para profissionais que atuem na área de controle e/ou gestão de políticas públicas.

O ingresso no curso ocorrerá por meio de processo seletivo regido por **edital próprio**, podendo abranger tanto profissionais pertencentes ao quadro funcional do TCU quanto de outras instituições parceiras, a critério da direção do ISC-TCU.

Para a efetivação da matrícula no curso, além da aprovação no processo seletivo, os participantes deverão cadastrar e atualizar seu currículo na base de currículos do TCU ou na plataforma *Lattes* da Capes (em caso de aluno externo) e encaminhar para o ISC, cópia digital e link para o currículo, bem como uma Proposta Preliminar de Projeto de Pesquisa conforme descrito no **Apêndice II**.

5. PERFIL DO EGRESSO

O egresso do curso de pós-graduação deve retornar às suas atividades laborais com maior capacidade de pesquisa, análise, avaliação e controle de políticas públicas. Essas competências poderão ser aplicadas na área de atuação de cada aluno em suas respectivas instituições. O egresso do curso deverá ser capaz de, no exercício de suas atividades laborais, contribuir para a melhoria do resultado de políticas públicas e programas de governo.

A partir desse processo de desenvolvimento técnico e profissional, o egresso será incentivado a continuar sua busca por autodesenvolvimento, por meio de uma educação por toda a vida, em benefício da Administração Pública e da sociedade brasileira.

6. GRADE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

O curso de **Especialização em Controle de Políticas** Públicas é uma ação de formação continuada que pretende aprimorar o conhecimento instrumental e teórico dos alunos envolvidos nessa área de atuação. Trata-se de um processo formativo em serviço, com base na educação formal em pós-graduação *lato sensu*, com o objetivo maior de gerar conhecimentos que possibilitem a atuação na área de concentração do curso com alto nível de especialização.

A matriz curricular do curso é composta por **9 disciplinas**, cada uma delas com 40h, perfazendo um total de **360 horas/aula** e mais 40h para desenvolvimento trabalho de conclusão de curso (TCC).

Disciplinas		Tópicos		CH
1	Fundamentos de políticas públicas	1.1	Aspectos conceituais e ciclo de políticas públicas	12
		1.2	Fundamentos de análise de políticas públicas	12
		1.3	Fundamentos de avaliação de políticas públicas	12
		1.4	Estudo de caso - I	4
2	Controle de políticas públicas	2.1	Gestão de riscos de políticas públicas	12
		2.2	Controle gerencial de políticas públicas	12
		2.3	Controle externo de políticas públicas	12
		2.4	Estudo de caso - II	4
3	Pesquisa aplicada a políticas públicas	3.1	Metodologia científica	12
		3.2	Métodos qualitativos	12
		3.3	Métodos quantitativos	12
		3.4	Estudo de caso - III	4
4	Estatística e políticas públicas	4.1	Estatística descritiva	12
		4.2	Estatística inferencial	12
		4.3	Estatística gerencial	12
		4.4	Estudo de caso – IV	4
5	Análise de políticas públicas	5.1	Estratégia de análise de políticas públicas	12
		5.2	Análise *ex ante* de políticas públicas	12
		5.3	Análise de impacto legislativo	12
		5.4	Estudo de caso - V	4
6	Avaliação de políticas públicas Economia e políticas públicas	6.1	Avaliação *in itinere* de políticas públicas	12
		6.2	Avaliação *ex post* de políticas públicas	12
		6.3	Avaliação de impacto de políticas públicas	12
		6.4	Estudo de caso - VI	4
7	Governança e Relações	7.1	Federalismo e relações estado-sociedade	12
		7.2	Políticas públicas e relações intergovernamentais: governança e capacidades estatais	12

Disciplinas		Tópicos		CH
	Intergovernamentais em Políticas Públicas	7.3	Análise de políticas públicas intergovernamentais	12
		7.4	Estudo de caso - VII	4
8	Administração e Políticas Públicas	8.1	Administração pública	12
		8.2	Administração financeira e orçamentária	12
		8.3	Contabilidade pública	12
		8.4	Estudo de caso - VIII	4
9	Economia e Políticas Públicas	9.1	Microeconomia	12
		9.2	Macroeconomia	12
		9.3	Economia aplicada a políticas públicas	12
		9.4	Estudo de caso - IX	4
			Total	**360**

As ementas das disciplinas estão relacionadas no Apêndice I – **Ementas e Bibliografias**.

6.1 CRONOGRAMA

8. INSTITUIÇÃO PROMOTORA

Criado por lei federal (art. 88 da Lei nº 8.443, de 16/7/1992), o Instituto Serzedello Corrêa (ISC) foi concebido pelo ideal de propiciar condições para o desenvolvimento humano e organizacional do Tribunal, provendo a Secretaria do TCU de pessoas qualificadas para o exercício das atividades de controle externo da Administração Pública.

As competências do Instituto estão definidas na Resolução 305/2018, que define a estrutura, as competências e a distribuição das funções de confiança das unidades da Secretaria do Tribunal de Contas da União; na Resolução-TCU nº 212, de 25 de junho de 2008, que dispõe sobre o desenvolvimento de ações de educação no âmbito do TCU; em seu Regimento Interno; e nos regulamentos específicos de cada segmento educacional, inclusive, no da pós-graduação. A Resolução-TCU nº 212/08 estabelece para o Programa de Pós-Graduação os seguintes objetivos:

I. promover a pesquisa científica e a geração de conhecimento em nível avançado em áreas de interesse do TCU, com vistas a melhorar a eficiência, a eficácia e a efetividade das ações realizadas pelo Tribunal no cumprimento de sua missão institucional;
II. aprimorar a qualificação e a especialização dos servidores do TCU e ampliar o corpo docente do Instituto Serzedello Corrêa, com vistas à promoção de futuros projetos de pós-graduação de interesse institucional; e
III. criar as condições necessárias à preservação de uma cultura organizacional comprometida com a inovação e com a permanente adequação das competências dos servidores aos objetivos do Tribunal.

Em 14 de fevereiro de 2017, o Ministério da Educação publicou o despacho do Ministro em que homologa o Parecer nº 657/2016, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Escola de Governo Instituto Serzedello Corrêa e unidades vinculadas, para oferta de pós-graduação *lato sensu*, em regime presencial e a distância, observando-se o prazo de 8 (oito) anos.

9. COORDENAÇÃO

O curso será coordenado por um Colegiado conforme estabelecido no Regulamento Geral do Programa de Pós-Graduação do ISC.

As competências do Colegiado são, entre outras atribuições, a avaliação e a aprovação de propostas de mudança no projeto pedagógico do curso; o planejamento, a coordenação e a supervisão das atividades do curso; a seleção de docentes, conteudistas e tutores, bem como a supervisão de sua atuação.

Cabe à **Comissão de Coordenação** as decisões sobre questões administrativas e disciplinares do curso, bem como a realização de alterações no presente Projeto Pedagógico do Curso (PPC), no calendário e nas atividades previstas, quando necessário.

10. CORPO DOCENTE

O corpo docente do curso de **Especialização em Controle de Políticas** Públicas será constituído, principalmente, por servidores pertencentes ao quadro do TCU e de outras instituições públicas, que possuam titulação de doutor, mestre ou especialista, conhecimento profissional na área do curso e experiência pedagógica, selecionados por edital ou convidados pelo Instituto Serzedelo Corrêa.

Também poderão compor o corpo docente professores convidados de outras instituições que, por sua qualificação, tenham a possibilidade de complementar a formação oferecida pelos docentes internos, obedecendo aos parâmetros estabelecidos pelo MEC e à legislação vigente.

O corpo docente será selecionado por meio de edital público com critérios próprios ou, no caso de convite, análise curricular, pela Comissão de Coordenação, com foco nos perfis mais qualificados e aderentes ao projeto do curso.

11. METODOLOGIA

As atividades serão desenvolvidas segundo uma abordagem que privilegia a associação entre teoria e prática, por meio de textos expositivo e artigos, vídeos e áudios, fóruns e vídeo conferências, atividades individuais e em grupo, estudos de caso e projetos de pesquisa.

Ressalte-se que, na realização dessas atividades didáticas, o objetivo maior é estabelecer não apenas o trânsito entre trabalho e educação, como é comum e desejado em um processo de formação em serviço, mas também uma rede de interconexões entre os saberes e as práticas que fundamentam o campo de estudo.

Estudos de casos serão realizados permitindo que os alunos participem ativamente do processo de construção do conhecimento.

O foco do curso nas questões referentes a políticas públicas favorece a interdisciplinaridade, uma vez que requer conhecimentos de várias áreas. Espera-se que os alunos percebam essa relação e saibam localizá-la nas diferentes disciplinas do curso. Mais especificamente, o diálogo necessário entre as diversas áreas do saber será incentivado na elaboração do TCC, que, mesmo quando situado em um aspecto específico a ser abordado, não poderá deixar de fazer referência ao conjunto das disciplinas do curso.

Por se tratar de uma especialização em formato misto (telepresencial e a distância), as atividades serão desenvolvidas em ambiente virtual de aprendizagem preparado para esse fim, com destaque para o uso de ferramentas de comunicação como webconferências, chats e fóruns, além de recursos de exibição de conteúdo em formato de vídeo, áudio, texto e imagem.

12. TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO (TCC)

O aluno deverá elaborar individualmente um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que consistirá na aplicação prática de conhecimentos em pesquisa, análise, avaliação, controle ou fiscalização de políticas públicas, desenvolvidos ao longo da especialização.

O TCC poderá assumir um dos seguintes formatos:

- **Produto técnico-tecnológico inédito**, elaborado em coautoria com docente do curso;
- **Artigo científico inédito**, publicado ou submetido para publicação em periódico científico com estrato mínimo A4 (ou equivalente) do Qualis Capes vigente, também em coautoria com docente do curso;
- **Outro formato** aceito pelo(a) orientador(a) e pela Coordenação Acadêmica do curso.

O TCC observará as normas de padronização editadas pela Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT), bem como o modelo fornecido pelo Instituto Serzedello Corrêa, e, no caso de fiscalizações, os modelos e as normas adotados pelo Tribunal de Contas da União para planejamento, execução e relatório de auditorias operacionais.

Para orientar a elaboração do TCC será designado um professor orientador (**Apêndice IV**).

13. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As disciplinas do módulo específico do curso poderão ser ministradas por meio de atividades especiais, como eventos coordenados e estudos. Independentemente da programação dessas disciplinas, outras atividades complementares poderão ser desenvolvidas, como a participação em eventos e visitas, devendo ocorrer de acordo com a disponibilidade dos alunos e o interesse do ISC.

14. LOCAL DE REALIZAÇÃO DO CURSO E TECNOLOGIA EDUCACIONAL

O curso será ofertado na modalidade a distância, por meio de ambiente virtual de aprendizagem. As atividades síncronas mediadas serão realizadas por meio da plataforma Microsoft Teams.

Para facilitar a interação entre alunos, professores e coordenação, os alunos serão inscritos em uma comunidade virtual de aprendizagem, que receberá o nome do curso. Essa comunidade é parte da plataforma de ensino a distância do ISC.

A estrutura do ISC também comporta um sistema para registro e acompanhamento dos cursos (ISCnet). Neste sistema serão lançadas as informações do curso e das disciplinas, as matrículas, as notas de cada disciplina, a frequência dos discentes e a avaliação do TCC. O sistema também

permite a emissão do certificado de curso, com os elementos necessários para sua validade, segundo a Resolução CNE/CES nº 1, de 6/4/2018.

15. ACERVO

A Bibliografia básica do curso está indicada no Anexo I – Ementas e Bibliografias e é constituída de material digital ou de livros e/ou periódicos oportunamente adquiridos e disponibilizados pelas Bibliotecas do Tribunal de Contas da União, para acesso aos alunos do curso, ou ainda disponibilizados na comunidade virtual de aprendizagem quando se tratar de conteúdo digital de livre divulgação.

Cada disciplina do curso contará também outras fontes bibliográficas que poderão ser indicadas no decorrer das aulas pelos docentes das disciplinas como leituras básicas ou complementares. Essa bibliografia adicional será constituída preferencialmente de material digital, a ser disponibilizado na comunidade virtual de aprendizagem, sendo evitada a reprodução física do material de leitura por respeito a princípios de sustentabilidade e economia de recursos naturais. Todo material disponibilizado deverá obedecer à legislação de direitos autorais. Livros e/ou periódicos de conteúdo integral que compõem a bibliografia complementar das disciplinas também poderão ser indicados e eventualmente adquiridos pela Biblioteca quando indicados previamente pelos docentes.

16. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO

	1	2	3	4	5
Etapas do Ciclo de Avaliação	Levantamento do perfil acadêmico e das expectativas em relação à ação educacional	Avaliação da disciplina pelo discente e docente ao término das aulas	1. Avaliação da infraestrutura na metade do período das aulas 2. Avaliação de término de curso ao final de todas as disciplinas	Avaliação da atividade de orientação pelo discente e pelo docente	Avaliação do egresso um ano após o término do curso
Instrumentos	Ficha de inscrição/Dados Complementares	1. Avaliação da disciplina pelo docente 2. Avaliação da disciplina pelo discente	1. Avaliação da infraestrutura pelo discente 2. Avaliação de término de curso pelo discente	1. Avaliação da atividade de orientação pelo discente 2. Avaliação da atividade de orientação pelo docente	Avaliação de egresso pelo chefe imediato

16.1. Frequência mínima

A frequência mínima exigida para a aprovação é de 50% de presença por disciplina e de 75% do total de disciplinas.

Em cada disciplina, a frequência será calculada considerando dois aspectos: no ensino a distância, com base no percentual de execução das atividades propostas; e no ensino telepresencial, pela presença e participação nas aulas síncronas

16.2. Sistema de avaliação por disciplina

O aproveitamento acadêmico poderá ser medido por meio de atividades digitais, provas, trabalhos e participação, individuais ou em grupo. O rendimento será aferido por disciplina, em uma escala de 0 (zero) a 10 (dez). Será considerado aprovado o aluno que alcançar rendimento acadêmico mínimo igual ou superior a 6 (seis).

16.3. Avaliação do TCC

A avaliação do trabalho de conclusão do curso será realizada por banca constituída por, pelo menos, dois professores, sendo um deles o orientador.

Os alunos receberão da banca examinadora as menções “aprovado”, “aprovado com restrições”, ou “não aprovado”. Será considerado “aprovado” o aluno que receber essa menção de todos os membros da banca. Será considerado “aprovado com restrições” o discente que receber essa menção de pelo menos um dos membros da banca. Será considerado “não aprovado” aquele aluno que receber esse conceito de todos os membros da banca.

No caso de aprovação com restrições, as modificações sugeridas deverão ser efetuadas pelo aluno no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e apresentadas ao orientador, que atestará a validade das modificações realizadas, a fim de que possa ser considerado aprovado em caráter definitivo.

17. CERTIFICAÇÃO

Ao discente que obedecer às exigências do curso e atender aos critérios de aprovação, a saber, nota mínima de 6 (seis) por disciplina, frequência mínima de 50% por disciplina e 75% no conjunto de disciplinas, e aprovação no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) será conferido o grau de especialização e o título de **Especialista em Controle de Políticas Públicas**.

APÊNDICE I – EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS

DICIPLINA 1 – Fundamentos de políticas públicas (40h)

Objetivos:

Ao final dessa disciplina o aluno deverá ser capaz de compreender os principais conceitos e teorias relacionados a políticas públicas e aplicá-los no **ciclo de políticas públicas**.

Ementa da disciplina:

1. Aspectos conceituais e ciclo de políticas públicas
2. Fundamentos de análise de políticas públicas
3. Fundamentos de avaliação de políticas públicas
4. Estudo de caso - I

Bibliografia básica:

BRASIL. IPEA. Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise *ex ante*, volume 1. Brasília: Ipea, 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caderno de Estudos do Curso em Conceitos e Instrumentos para a Avaliação de Programas. Brasília, DF: MDS, 2015. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/ferramentas/docs/curso_avaliacao.pdf. Acesso em 12 de agosto de 2019.

JANNUZZI, P.M. Avaliação de programas sociais no Brasil: repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas. 2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/228. Acesso em: 07 de agosto de 2019.

SECCHI, L. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017. 169 p.

SECCHI, L. Análise de políticas públicas: diagnósticos de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2019.

Bibliografia complementar:

MORAN, Michael; REIN, Martin; GOODIN, R. E. The Oxford handbook of public policy. Nova York: The Oxford University Press, 2008.

ROSSI, P.H.; LIPSEY, M.W.; FREEMAN, H.E. Evaluation: a systematic approach. 7th ed. Thousand Oaks, California: Sage Publications Inc., 2004.

THEODOULOU, S. Z.; CAHN, M. A. Public policy: the essential readings. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall, 1995.

VAITSMAN, J.; RIBEIRO, J. M.; LOBATO, L. Policy analysis in Brazil. Bristol: Policy Press at University of Bristol, 2013.

DICIPLINA 2 – Controle de políticas públicas (40h)

Objetivos:

Ao final dessa disciplina o aluno deverá ser capaz de compreender e aplicar os principais conceitos, teorias e instrumentos de **controle e fiscalização** de políticas públicas.

Ementa da disciplina:

1. Gestão de riscos de políticas públicas
2. Controle gerencial de políticas públicas
3. Controle externo de políticas públicas
4. Estudo de caso - IX

Bibliografia básica:

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Manual de Auditoria Operacional. Brasília: TCU, 2019.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Referencial básico de gestão de riscos. Brasília: TCU, Segecex/Coger, 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Roteiro de avaliação de maturidade da gestão de riscos. Brasília: TCU, Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo, 2018.

LIMA, L. H. Controle Externo - Teoria e Jurisprudência para os Tribunais de Contas. Brasília: Método, 2019.

Bibliografia complementar:

BRASIL. DECRETO Nº 9203 de 2017. Disponível em: https://contas.tcu.gov.br/ead/pluginfile.php/234916/mod_folder/content/0/DECRETO%20N%C2%BA%209203%20de%202017.pdf?forcedownload=1. Acesso em 12 de agosto de 2019.

BRASIL. DECRETO Nº 9191 de 2017. Disponível em: https://contas.tcu.gov.br/ead/pluginfile.php/234916/mod_folder/content/0/DECRETO%20N%C2%BA%209191%20de%202017.pdf?forcedownload=1. Acesso em 12 de agosto de 2019.

BRASIL. PEC 26/2017. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/129887. Acesso em 12 de agosto de 2019.

BRASIL. PLS 488/2017. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/131852 . Acesso em 12 de agosto de 2019.

GAO. Yellow book. Disponível em: https://www.gao.gov/yellowbook/overview. Acesso em 12 de agosto de 2019.

GAO. Fragmentation, Overlap, and Duplication: An Evaluation and Management Guide. Disponível em: https://www.gao.gov/framework_duplication/overview. Acesso em 12 de agosto de 2019.

IIA. Institute of Internal Auditors. The international professional practices framework - IPPF, 2009. Disponível em: <https://na.theiia.org/standards-guidance/Pages/Standards-and-Guidance-IPPF.aspx>. Acesso em: 1 Out. 2013.

IIA. Institute of Internal Auditors. Normas internacionais para a prática profissional de auditoria interna, 2011. Disponível em: <http://www.auditoriaoperacional.com.br/pdf/normas-ippf.pdf>. Acesso em: 01 Out. 2013.

ISSAI. International Standards of Supreme Audit Institutions. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/fiscalizacao-e-controle/auditoria/normas-internacionais-das-entidades-fiscalizadores-superiores-issai/. Acesso em 12 de agosto de 2019.

NAO. Framework to review programmes. Disponível em: https://www.nao.org.uk/report/framework-to-review-programmes/. Acesso em 12 de agosto de 2019.

OCDE. Supreme Audit Institutions and Good Governance: Oversight, Insight and Foresight. Disponível em: http://www.oecd.org/governance/supreme-audit-institutions-and-good-governance-9789264263871-en.htm. Acesso em 12 de agosto de 2019.

UK. The green book. Disponível em: https://www.gov.uk/government/publications/the-green-book-appraisal-and-evaluation-in-central-governent. Acesso em 12 de agosto de 2019.

DICIPLINA 3 – Pesquisa aplicada a políticas públicas (40h)

Objetivos:

Ao final dessa disciplina o aluno deverá ser capaz de compreender e aplicar os principais métodos e técnicas de pesquisa aplicada a políticas públicas.

Ementa da disciplina:

1. Metodologia científica
2. Métodos qualitativos
3. Métodos quantitativos
4. Estudo de caso - IV

Bibliografia básica:

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Brasil: Bookman, 2010.

GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 8 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LARSO, R.; FARBER, B. Estatística aplicada. 4. Ed. Brasil: Pearson Prentice Hall, 2010.

SILVA, G. P. Desenho de pesquisa. Brasília: Enap, 2018. 119p.

Bibliografia complementar:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: Informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: Informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Brasil: 2011.

BOUZADA, A.C. Métodos quantitativos aplicados a casos reais. Brasil: Campus, 2013.

BUSSAD, W. O. Estatística básica. Brasil: Saraiva, 2017.

CRESWELL, J. W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa. Brasil: Bookman, 2014

CRESWELL, J. W. Educational research: planning, conducting, and evaluating quantitative and qualitative research. 4. Ed. Boston, MA: Pearson Education, 2012. 673 p. Disponível em http://basu.nahad.ir/uploads/creswell.pdf. Acesso em 24 de julho de 2019.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª ed. São Paulo: Atlas: 2002.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo, Atlas, 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

VERGARA, S. C. Métodos de pesquisa em administração. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

YIN, R. K. Qualitative research from start to finish. USA: The Guilford Press, 2011.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Brasil: Bookman, 2014

DICIPLINA 4 – Estatística e políticas públicas (40h)

Objetivos:

Ao final dessa disciplina o aluno deverá ser capaz de compreender e aplicar os principais conceitos, teorias e instrumentos de estatística em políticas públicas.

Ementa da disciplina:

1. Estatística descritiva
2. Estatística inferencial
3. Estatística gerencial
4. Estudo de caso – V

Bibliografia básica:

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Orientações para o Uso de Técnicas de Amostragem Probabilística em Auditorias / Tribunal de Contas da União. Brasília: TCU, Segecex, Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo (Semec), 2018

DOWNEY, A. B. Think Stats. EUA: O'Reilly, 2014

HAIR, J.F. et al. Análise multivariada de dados. Brasil: Bookman, 2009

LARSO, R.; FARBER, B. Estatística aplicada. 4. Ed. Brasil: Pearson Prentice Hall, 2010.

NIELSEN, A. Practical Time Series Analysis. EUA: O'Reilly, 2019

Bibliografia complementar:

CRAWLEY, M. J. The R Book. USA: Wiley, 2012.

FAVERO, L.; FAVERO, P. Análise de dados: modelos de regressão com Excel®, STATA® e SPSS®. Brasil: Campus, 2015.

FAVERO, L.; FAVERO, P. Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®. Brasil: Elsevier, 2017.

GERTLER, P. J. et al. Avaliação de Impacto na Prática, EUA: BID, 2016

WICKHAM, H. R for data science: import, tidy, transform, visualize, and model data. Canada: O'Reilly, 2017.

DICIPLINA 5 – Análise de políticas públicas (40h)

Objetivos:

Ao final dessa disciplina o aluno deverá ser capaz de compreender e aplicar os principais conceitos, teorias e instrumentos de **análise** de políticas públicas.

Ementa da disciplina:

1. Análise *ex ante* de políticas públicas
2. Estratégia de análise de políticas públicas
3. Análise de impacto legislativo
4. Estudo de caso - VII

Bibliografia básica:

BRASIL. Câmara dos Deputados. Diretrizes para avaliação de impacto legislativo na Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/gestao-estrategica-na-camara-dos-deputados/arquivos-de-projetos-corporativos/ail/diretrizes-para-avaliacao-do-impacto-legislativo-das-leis. Acesso em 06 de agosto de 2019.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Avaliação de Políticas Públicas: Guia Prático de Análise *Ex Ante*. Brasília: IPEA, 2018.

GUY PETERS, B. American public policy: promise and performance. USA: Tenth Edition. Sage Publication, 2016.

HOWLETT, M.; RAMESH, M. Studying public policy: policy cycles and policy subsystems. Canada: OUP, 2003.

SECCHI, L. Análise de políticas públicas: diagnósticos de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2019.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais. Diretrizes Gerais e Guia Orientativo para Elaboração de Análise de Impacto Regulatório -AIR. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: http://www.casacivil.gov.br/governanca. Acesso em 12 de agosto de 2019.

BRASIL. Sistema Regulatório Brasileiro e Análise de Impacto Regulatório. Disponível em: http://www.regulacao.gov.br/. Acesso em 12 de agosto de 2019.

DICIPLINA 6 – Avaliação de políticas públicas (40h)

Objetivos:

Ao final dessa disciplina o aluno deverá ser capaz de compreender e aplicar os principais conceitos, teorias e instrumentos de **avaliação** de políticas públicas.

Ementa da disciplina:

1. Avaliação *in itinere* de políticas públicas
2. Avaliação *ex post* de políticas públicas

3. Avaliação de impacto de políticas públicas
4. Estudo de caso - VIII

Bibliografia básica:

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Avaliação de Políticas Públicas: Guia Prático de Análise *Ex Post*. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caderno de Estudos do Curso em Conceitos e Instrumentos para a Avaliação de Programas. Brasília, DF: MDS, 2015. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/ferramentas/docs/curso_avaliacao.pdf. Acesso em 12 de agosto de 2019.

GERTLER, P.J. ET AL. Avaliação de impacto na prática. Washington: The World Bank. 2015. Disponível em: https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/2550/9781464800887.pdf?sequence=19. Acesso em: 06 de agosto de 2019.

JANNUZZI, P.M. Avaliação de programas sociais no Brasil: repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas. 2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/228. Acesso em: 07 de agosto de 2019.

MENEZES FILHO, N.A.; PINTO, C.C.X. Avaliação econômica de projetos sociais. 3. ed. São Paulo: Fundação Itaú Social, 2017.

RAMOS, M.P.; SCHABBACH, L. M. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. Revista de Administração Pública. v. 46, n. 5 (2012). Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7140. Acesso em: 06 de agosto de 2019.VEDUNG, E. Public policy and program evaluation. USA: Routledge, 2017.

Bibliografia complementar:

ANDRADE, A. M.; SANTANA, H. V. Avaliação de políticas públicas versus avaliação de impacto legislativo: uma visão dicotômica de um fenômeno singular. Rev. Bras. Polít. Públicas, Brasília, v. 7, nº 3, 2017 p. 781-798.

BRASIL. TCU. Manual de auditoria operacional. PortariaSegecex nº 4, de 26 de fevereiro de 2010. Disponível em < http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A14DB4AFB3014DBAC9E74B54F9 >.

EUROPEAN COMMISSION. Impact Assessment Guidelines. 2009. Disponível em: https://ec.europa.eu/smart-regulation/impact/commission_guidelines/docs/iag_2009_en.pdf. Acesso em: 06 de agosto de 2019.

JANNUZZI, P.M. Avaliação de programas sociais: conceitos e referenciais de quem a realiza. 2014. Disponível em: http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1925/1925.pdf. Acesso em: 07 de agosto de 2019.

NEWCOMER, K.E.; HATRY, H.P.; WHOLEY, J. Handbook of practical program evaluation: essential texts for nonprofit and public leadership and management. 4th Edition. USA: John Wiley, 2015.

DICIPLINA 7 – Governança e relações intergovernamentais em políticas públicas (40h)

Objetivos:

Ao final dessa disciplina o aluno deverá ser capaz de compreender e aplicar os principais conceitos, teorias e instrumentos de governança e relações intergovernamentais em políticas públicas.

Ementa da disciplina:

1. Federalismo e relações estado-sociedade
2. Políticas públicas e relações intergovernamentais: governança e capacidades estatais
3. Análise de políticas públicas intergovernamentais
4. Estudo de caso - III

Bibliografia básica:

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública. Brasília: TCU, 2014.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Referencial de combate a fraude e corrupção: aplicável a órgãos e entidades da administração pública. Brasília: TCU, 2017.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Referencial para avaliação de governança de políticas públicas. Brasília: TCU, 2014.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Roteiro de avaliação de maturidade da gestão de riscos. Brasília: TCU, Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo, 2018.

BRASIL. Guia da Política de Governança Pública. Disponível em: http://www.casacivil.gov.br/governanca. Acesso em 12 de agosto de 2019.

LEVI-FAUR, D. The Oxford handbook of governance (Oxford Handbooks). USA: Oxford University Press, 2012.

TRICKER, B. Corporate governance: principles, politicies and practices. USA: Oxford University Press, 2009.

Bibliografia complementar:

ACKERMAN, B. The new separation of powers. Harvard Law Review, 2000.

CARDOSO, F. H. Autoritarismo e democratização. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

CASTELLS, M.; COUTINHO, C.N.; KONDER, L. A sociedade em rede. Brasil: Paz e Terra, 2009.

CHEVALLIER, J. O estado de direito. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

CHEVALLIER, J. O serviço público. BH: Forum, 2017.

CIPFA. Chartered Institute of Public Finance and Accountancy. The good governance standard for public services, 2004. Disponível em: <http://www.jrf.org.uk/system/files/1898531862.pdf>. Acesso em: 1 Out. 2013.

DI PIETRO, M. S. Z. Direito administrativo. 31ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

ECGI. European Corporate Governance Institute. Index of codes, 2013. Disponível em: <http://www.ecgi.org/codes/all_codes.php>. Acesso em: 1 Out. 2013.

IBGC. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Código das melhores práticas de governança corporativa, BRASIL, 2009. Disponível em: . Acesso em: 1 Out. 2013.

IFAC. International Federation of Accountants. Governance in the public sector: a governing body perspective. In International public sector study nº 13., 2001. Disponível em: <http://www.ifac.org/sites/default/files/publications/files/study13-governance-in-th.pdf>. Acesso em: 1 Out. 2013.

IFAC. International Federation of Accountants. Comparison of principles, 2013b. Disponível em: <http://www.ifac.org/sites/default/files/publications/files/Comparison-of-Principles.pdf>. Acesso em: 1 Out. 2013.

INTOSAI. International Organization of Supreme Audit Institutions. INTOSAI GOV 9120: Internal control: providing a foundation for accountability in government, 2001. Disponível em: <http://www.intosai.org/issai-executive-summaries/view/article/intosai-gov-9120-internal-control-providing-a-foundation-for-accountability-in-government.html>. Acesso em: 1 Out. 2013.

INTOSAI. International Organization of Supreme Audit Institutions. INTOSAI GOV 9100: Guidelines for internal control standards for the public sector, 2004. Disponível em: <http://www.intosai.org/issai-executive-summaries/view/article/intosai-gov-9100-guidelines-for-internal-control-standards-for-the-public-sector.html>. Acesso em: 1 Out. 2013.

INTOSAI. International Organization of Supreme Audit Institutions. INTOSAI GOV 9130, 2007. Disponível em: <http://www.intosai.org/issai-executive-summaries/view/article/intosai-gov-9130-guidelines-for-internal-control-standards-for-the-public-sector-further-inf.html>. Acesso em: 1 Out. 2013.

DICIPLINA 8 – Administração e políticas públicas (40h)

Objetivos:

Ao final dessa disciplina o aluno deverá ser capaz de compreender e aplicar os principais conceitos, teorias e instrumentos de **administração e políticas públicas**.

Ementa da disciplina:

1. Administração pública
2. Administração financeira e orçamentária
3. Contabilidade pública
4. Estudo de caso - II

Bibliografia básica:

ALBUQUERQUE, C.; MEDEIROS, M.; FEIJÓ, P.H. Gestão de finanças públicas. 3ª ed. Brasília: Gestão Pública, 2013.

ALTOUNIAN, C. S., SOUZA, D. L., LAPA, L. R. G. Gestão e governança pública para resultados uma visão prática. Brasil: Fórum, 2017.

BRASIL. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. Manual técnico de orçamento. MTO. Edição 2019. Brasília: 2019

GIAMBIAGI, F. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

GIACOMONI, J. Orçamento público. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LIMA, S. C.; DINIZ, J. A. Contabilidade pública: análise financeira governamental. São Paulo: Atlas: 2016.

MORAES, A. Reforma administrativa. 4ª ed. Brasil: Atlas, 2001.

Bibliografia complementar:

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. Safari de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2010.

MINTZBERG, H.; QUINN, J. B. The strategy process: concepts, contexts, cases. 4 ed. New Jersey: Prentice-Hall, 2005.

KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. Estratégia em ação: Balanced Scorecard. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. A execução premium: a obtenção de vantagem competitiva através do vínculo da estratégia com as operações do negócio. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

KERZNER, H. Project management: a systems approach to planning, scheduling and controlling. 9 ed. New York: Wiley, 2006.

Project Management Institute. Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos. Guia PMBOK® 6ª ed. USA: PMI, 2017.

Project Management Institute. The standard for portfolio management. 4ª ed. USA: PMI, 2017.

DICIPLINA 9 – Economia e políticas públicas (40h)

Objetivos:

Ao final dessa disciplina o aluno deverá ser capaz de compreender e aplicar os principais conceitos, teorias e instrumentos **econômicos** em políticas públicas.

Ementa da disciplina:

1. Microeconomia
2. Macroeconomia
3. Economia aplicada a políticas públicas
4. Estudo de caso – VI

Bibliografia básica:

ALSTON, L.; MELO, M.; MUELLER, B.; PEREIRA, C. Brazil in Transitions: Beliefs, Leadership and Institutional Change. Princeton University Press. 2016. Disponível em http://press.princeton.edu/titles/10745.html

ALSTON, E.; ALSTON, L.J.; MUELLER, B., NONNENMACHER, T. Institutional and Organizational Analysis: Concepts and Applications. Cambridge University Press. 2018.

ARVATE, P. e BIDERMAN, C. Economia do Setor Público no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

MANKIW, N.G. Introdução à economia. Tradução da 8ª edição norte-americana. CENGAGE, 2019.MUELLER, B.; PEREIRA, C. Comportamento estratégico em coalizões presidencialistas: as relações entre Executivo e Legislativo na elaboração do orçamento brasileiro. Dados, Vol. 45, pg.265-302, 2002.

MUELLER, B. The coevolution of institutions and culture In editors Menard and Shirley A Research Agenda for New Institutional Economics. Cheltenham, Edward Elgar. 2018

PEREIRA, C.; MUELLER, B. 2004. "The Cost of Governing: Strategic Behavior of the President and Legislators in Brazil's Budgetary Process." https://www.researchgate.net/publication/4730449_The_Cost_of_Governing_Strategic_Behavior_in_Brazil's_Budgetary_Process

THALER, R; SCHLESINGER, G. Misbehaving: A Construção Da Economia Comportamental. Rio de Janeiro: Intrinseca, 2019.

Bibliografia complementar:

ALBUQUERQUE, C.; MEDEIROS, M.; FEIJÓ, P.H. Gestão de finanças públicas. 3ª ed. Brasília: Gestão Pública, 2013.

GIAMBIAGI, F. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

LIMA, EDILBERTO PONTES. CURSO DE FINANÇAS PÚBLICAS: Uma Abordagem Contemporânea São Paulo: Atlas, 2015.

REZENDE, F. CÂNDIDO JR, J.O., LIMA, E.P. - FINANÇAS PÚBLICAS. -2ª.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

APÊNDICE II – PROPOSTA PRELIMINAR DE PROJETO DE PESQUISA

Curso:	Ano:
Nome do aluno:	CPF: ___.___.___-__
Tema da Pesquisa:	
Objetivo da Pesquisa:	
Relevância da Pesquisa:	
Referências:	

APÊNDICE III – PROJETO DE PESQUISA

Antes do início da elaboração do TCC o aluno deverá apresentar projeto de pesquisa contendo:

1. IDENTIFICAÇÃO DE ALUNOS E ORIENTADORES (1/2 página)

1.1. Qual é o seu nome?
1.2. Está vinculado a qual órgão ou entidade?
1.3. Qual é sua maior formação? (Graduação, Pós-graduação, Mestrado, Doutorado)
1.4. Qual é seu e-mail?
1.5. Qual é seu telefone de contato/celular?
1.6. Qual é o nome do seu orientador?
1.7. Seu orientador está vinculado a qual organização?
1.8. Qual é maior formação do seu orientador? (Graduação, Pós-graduação, Mestrado, Doutorado)
1.9. Qual é o e-mail do seu orientador?
1.10. Qual é o telefone do seu orientador?

2. SELEÇÃO DO TEMA

2.1. Qual é o seu objeto de estudo (tema)? (Política pública ou programa de governo, como, por exemplo, Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, Plano Nacional de Educação - PNE, Programa temático: educação de qualidade para todos, Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, Programa Bolsa família)
2.2. Qual é o objetivo dessa política pública ou programa? Que problema público pretende resolver? Qual seu público-alvo?
2.3. Essa política pública ou programa está institucionalizada em algum instrumento legal ou infralegal? Qual(is)?
2.4. Que órgão/entidade é responsável por essa política pública ou programa?

3. PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

3.1. O você sabe sobre essa política pública ou programa? (Breve revisão de literatura e/ou produção de conhecimento)
3.2. Por que é importante estudar essa política pública ou programa? (Informe a materialidade, a relevância, os problemas conhecidos e/ou potenciais riscos da política pública e/ou programa)
3.3. Há créditos orçamentários previstos, recursos financeiros gastos, renúncias ou incentivos fiscais relacionados a essa política pública ou programa? Caso seja possível, explicite qual é o montante e como é possível identificá-lo na LOA ou em outro instrumento público?

4. PLANEJAMENTO

4.1. Qual tipo de estudo pretende realizar? (Pesquisa, análise, avaliação ou fiscalização)
4.2. Qual é o título do seu projeto de pesquisa?
4.3. Quais são os objetivos do estudo?
4.4. Quais questões serão respondidas por meio do estudo?
4.5. Quais critérios serão utilizados como referência?
4.6. Que informações são relevantes para o estudo? Onde e como pretende obtê-las?
4.7. Quais métodos e técnicas serão utilizados para coleta e análise de dados?
4.8. O que o estudo permitirá dizer?

5. CRONOGRAMA DE ENTREGAS

5.1. Quando pretende iniciar a elaboração do seu TCC?

5.2. Quando pretende defender seu TCC?

5.3. Qual será o principal produto do seu TCC? (Ex: Pesquisa Acadêmica, Relatório de Análise, Relatório de Avaliação, Relatório de Auditoria, outro)

5.4. Pretende utilizar o resultado desse trabalho em alguma outra atividade? Qual? (Ex.: Utilizá-lo como insumo para ação de controle a ser realizada posteriormente, utilizá-lo para subsidiar decisão acerca de política pública ou programa; publicar o resultado do trabalho em revista acadêmica? Outro?)

5.5. Quais são os produtos intermediários do seu estudo e qual a previsão de início e término de cada um deles? [Ex. (a) matriz de planejamento (data); (b) coleta de dados (data); (c) matriz de achados (data); (d) relatório preliminar (data); (e) relatório final (data)].

APÊNDICE IV - TERMO DE MATRÍCULA E RESPONSABILIADE POR ORIENTAÇÃO

Tema da Pesquisa:
Nome do aluno:
Nome do Orientador
Titularidade do orientador: ( ) especialista ( ) mestre ( ) doutor

Cronograma Estimativo das Atividades

Indicar na tabela os prazos inicialmente previstos para a realização dos encontros e entrega dos produtos/etapas de desenvolvimento do TCC.

Período das atividades de orientação: de _____/20__ a _____/20__.

Data	**Descrição das Atividades**
/ /	
/ /	
/ /	
/ /	
/ /	
/ /	

RESPONSABILIDADES DO ORIENTADOR:

O orientador deve, além de acompanhar o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso em todas as fases de elaboração, presidir a Banca Examinadora e sugerir a composição desta à coordenação do curso.

São atribuições do orientador:

a) encaminhar à coordenação as documentações necessárias à contratação e respectivo pagamento da atividade de orientação;
b) verificar a pertinência do projeto de pesquisa apresentado pelo aluno;
c) sugerir referências bibliográficas concernentes ao tema apresentado pelo orientando;
d) auxiliar o orientando nas principais linhas teóricas e metodológicas aplicadas ao tema do TCC;

e) estimular a autonomia intelectual do orientando;
f) discutir a proposta de pesquisa e apontar os aspectos que precisam ser melhorados;
g) acompanhar a evolução do trabalho de conclusão do curso no decorrer de sua elaboração;
h) encaminhar, à coordenação do curso, relatório de atividades de orientação ao final do período previsto no cronograma ;
i) informar no relatório sobre o atendimento, por parte do(s) aluno(s) orientando(s), das recomendações de modificações e do cumprimento dos prazos;
j) indicar o examinador para a composição da banca, observando que, caso o orientador seja somente especialista, o examinador da banca deve ser mestre ou doutor; e
k) presidir a banca examinadora.

RESPONSABILIDADES DO ORIENTANDO:

a) apresentar o projeto de pesquisa ao orientador ao início da orientação;
b) cumprir os prazos de entrega das etapas estipulados pelo orientador;
c) informar ao orientador sobre qualquer eventualidade que dificulte o cumprimento de etapas;
d) elaborar o TCC respeitando os parâmetros adotados pela coordenação do curso;
e) entregar o TCC à coordenação no prazo estipulado no cronograma.
f) Apresentar o TCC à banca examinadora dentro dos prazos definidos no curso.

Brasília, .

De acordo, Assinatura do aluno	De acordo, Assinatura do orientador